

FINANÇAS

Dívida externa será usada para

SÁBADO, 15 DE DEZEMBRO DE 1990

privatizar

O governo desiste de colocar a privatização no acordo que pretende fechar com os credores

RIO- O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Comissão de Desestatização, Eduardo Modiano, anunciou ontem, no Rio, que o governo decidiu aceitar a conversão da dívida externa para a privatização das estatais sem vinculá-la à renegociação da dívida externa, como pretendia antes. Os títulos da dívida (DFAs) e os juros vencidos terão de estar depositados no Banco Central e serão aceitos para o pagamento de privatização com o deságio de mercado. Modiano acredita que a atitude unilateral do governo brasileiro influenciará a renegociação da dívida externa e

também poderá diminuir o deságio dos DFAs.

O governo aceitará ainda nos leilões os cruzados novos bloqueados no BC e os Certificados de Privatização (CPs), convertidos ao par. Modiano explicou que o governo decidiu aceitar ainda que as dívidas das estatais a serem privatizadas possam ser securitizadas (transformadas em títulos), ao par, para servirem como forma de pagamento das privatizações. Além dos cruzeiros, também os créditos com outras estatais poderão ser usadas na compra de empresas públicas. Mas, para o uso desta última alternativa, explicou Modiano, os casos serão examinados um a um e a decisão final caberá ao Ministério da Economia.

POTENCIAL

Eduardo Modiano disse que já em março serão feitas as primeiras privatizações. Ele espera arrecadar no próximo ano o equivalente a

US\$ 8 bilhões (Cr\$ 1,2 trilhão) e em 92 mais US\$ 10 bilhões (Cr\$ 1,51 trilhão), com a venda de 20 estatais. Para tornar o processo viável, principalmente quanto à utilização de cruzados novos, DFAs e juros vencidos da dívida externa, o Banco Central, BNDES e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vão regulamentar, até o dia 10 de janeiro, os fundos que serão responsáveis pela centralização dos recursos a serem utilizados na compra de estatais. O presidente do BNDES explicou que a participação desses recursos na privatização será voluntária.

“O potencial de recursos para a privatização é muito grande”, disse Modiano. Pelas suas contas, só os recursos em DFAs e juros vencidos da dívida externa corresponderão a cerca de US\$ 40 bilhões (Cr\$ 6 trilhões). Somados DFAs, juros vencidos, cruzados novos, CPs e dívidas das estatais, serão ao

todo US\$ 100 bilhões (Cr\$ 15,1 trilhões) que poderão ser usados pelos investidores para a compra de ações das empresas estatais.

Modiano explicou que além do estudo em andamento para a regulamentação dos fundos de cruzados novos e de DFAs, o BNDES examina com o Banco Central a legislação dos países credores do Brasil para ver o que será preciso alterar na proposta de participação do capital estrangeiro na privatização. Além disso, disse, o governo pretende desencadear uma campanha publicitária para convencer os portadores de cruzados novos a utilizá-los na compra de ações das estatais. Modiano descartou, no entanto, a possibilidade de risco de um impacto monetário negativo decorrente da participação de recursos da conversão da dívida externa na privatização. “Isso não afetará o Plano de Estabilização”, garantiu.